

ESTAMOS CHEGANDO



Músico Rogério Pagé

“Foi nos bailes da vida ou num bar em troca de pão que muita gente boa pôs o pé na profissão de tocar um instrumento e de cantar. Não importando se quem pagou quis ouvir. Foi assim”.

Pois é, somos nós, estes tocadores, trovadores, aqueles que alegram as noites, os teatros, as casas, os salões, a festa. Para nós, *“a vida é amiga da arte, é a parte que o sol me ensinou”*. Somos nós quem trazemos aquele afago aos ouvidos, aquela esperança, aquela alegria. E também somos nós quem alimentamos as rádios, damos vida aos filmes e às propagandas de TV. Criaturas desgarradas sem senhor, mas à mercê de tantos senhores. Sim, a gente sabe que *“prô cantador i violero, só há treis coisas neste mundo vão: Amô, furria, viola, nunca dinheiro. Viola, furria, amor, dinheiro não”*.

Mas não se trata disso. Trata-se de sobrevivência, dos nossos direitos. Para não ficar naquela história do *“tal ditado, como é? Festa acabada, músicos a pé, músicos a pé, músicos a pé!”*, aqui estamos nós, do Sindmusi MG, Sindicato dos Músicos Profissionais de Minas Gerais, com sua nova diretoria que tomou posse no dia 31 de outubro de 2017, após décadas de pausa nesta pauta musical sindical.

E aqui apresentamos a edição número 1 deste jornal, trazendo nossas ações, nosso pensamento, revigorando os ideais e a luta pelos direitos e necessidades desta categoria imensa, com tantas diferenças e, certamente, a maioria sem direitos garantidos.

Vimos para trazer a consciência de nossa importância e é nosso ideal fazer deste sindicato a casa de todos nós. Sejam bem-vindos, precisamos de todos!

E no mais, *“pra todo aquele que só fala que eu não sei viver, vai lá em casa numa visitinha, que o verso ou no reverso da vida inteirinha, há de encontrar-me num cateretê”*.

Diga não à desregulamentação da profissão de músico!

No último dia 09 de agosto, foi realizada uma Audiência Pública na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), promovida pelo Sindmusi MG para debater sobre a ADPF (Arguição por Descumprimento de Preceito Fundamental), que visa desregulamentar a profissão de músico.

Participaram da mesa o deputado Rogério Correa (PT); o presidente da Comissão de Cultura da ALMG, deputado Bosco; a presidenta do Sindmusi MG, Vera Pape; Pereira da Viola; o diretor da Ordem dos Músicos do Brasil (OMB) MG, José Dias; o advogado do MBV (Movimento dos Bares da Vida), Sérgio Silva (Lela); a advogada do Sindmusi MG, Sarah Campos; a representante da CUT MG, Lucimara Martins, e a presidenta da CTB MG, Valéria Peres Morato.

A audiência contou com grande número de músicos, representantes da categoria.

Todas as notas taquigráficas da Comissão de Cultura foram enviadas para o ministro relator, Alexandre Moraes. Também foi encaminhado para a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) o pedido de posicionamento contrário à ADPF. O mesmo pedido foi encaminhado para o Ministério Público do Trabalho, Câmara dos Deputados e Comissão da Cultura, além de quatro pedidos de Audiência Pública sobre a ADPF

na Câmara Federal dos Deputados. A Audiência Pública também discutiu a necessidade de proximidade dos sindicatos com a OMB, bem como a necessidade da democratização da OMB.

Desregulamentação ou rede de garantia de direitos básicos?

Com a aprovação da denominada “Reforma Trabalhista”, vivemos num momento conjuntural em que prevalece a brutal retirada de direitos históricos dos trabalhadores, consolidados durante décadas de lutas. É nesse cenário catastrófico que está sendo retomada a discussão de 2009, quando a Procuradoria Geral da República ajuizou uma “Arguição por Descumprimento de Preceito Fundamental” - ADPF 183. Inicialmente, a apreciação desta ADPF estava marcada para o último dia 26 de abril. Contudo, após uma forte mobilização, o julgamento foi adiado e, ao que tudo indica, será votada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em setembro de 2018. Mas do que se trata esta ação afinal? Na prática, questiona artigos da Lei Federal nº 3.857/1960, que criaram a Ordem dos Músicos do Brasil (OMB), assim como dispositivos da referida Lei que consolidaram o status de músico profissional.

A argumentação falaciosa, pilar de tal arguição, baseia-se na ideia de que a exigência de determinada qualificação da atividade

profissional para categorização como músico profissional seria incompatível “com a liberdade de expressão artística e com a liberdade profissional”. Este discurso apoia-se na narrativa da suposta “oferta” de maiores oportunidades para o exercício da profissão, disseminando-se a falsa ideia que a regulamentação fere a liberdade de expressão e manifestação artística do músico profissional. Ora, entendemos que a regulamentação da profissão, por si só, não tolhe o direito de liberdade do músico profissional. Pelo contrário, cria condições para que essa liberdade seja exercida na sua essência e plenitude. Afinal, não existe liberdade sem garantia de dignidade profissional e equilíbrio de forças com o mundo dos empresários-produtores.

Avaliamos que a ADPF 183 se insere nesse contexto, deixando os músicos à mercê de um mercado excludente, sem nenhuma proteção em relação aos direitos e à fiscalização dos mesmos. Mais do que isso, ela coloca em cheque a existência da OMB e nesse ambiente de profunda instabilidade política e jurídica que vive o Brasil, pode permitir interpretações que visa a desregulamentação da profissão de músico.

O que fazer com a OMB?

Concordamos ser necessário e urgente construir uma rede de

garantia de direitos básicos aos músicos profissionais, inclusive com o aprimoramento da Lei Federal que regulariza a Ordem dos Músicos do Brasil. Admitimos até mesmo a discussão sobre a trajetória da OMB, no que diz respeito ao muito que deixaram de fazer e a compreensão de que os músicos não se sentem representados e protegidos por esta. Porém, este é um debate que precisa ser feito internamente, entre os músicos. Esse histórico certamente coloca em pauta a importância da democratização e aperfeiçoamento de seus mecanismos e, também, a discussão da possibilidade de criação de novas estruturas representativas. No entanto, tais necessidades não podem servir de pretexto para se fazer impor este jogo autoritário e demagógico que, na verdade, visa a retirada de garantias profissionais, caso a ADPF 183 seja acatada pelo Supremo Tribunal Federal nos próximos meses.

O Sindmusi/MG se coloca de forma vigorosa na defesa dos interesses dos músicos e da regulamentação da profissão. Afirma, igualmente, que a citada regulamentação da profissão em nenhum momento se conflita com a liberdade de expressão artística e com a liberdade profissional.

Agora é organizar nossa resistência e preparar uma sólida mobilização.

Por que o caminho do Sindicato?



Foto: Larissa Couto-Brasil de Fato

Por Vera PAPE PAPE, atual presidenta do Sindicato dos Músicos Profissionais de MG.

Somos trabalhadores músicos, operários desta magnífica arte. Do ponto de vista profissional, nos encontramos em algum pedaço de terra "invisível".

Nos meus 34 anos de profissão, flautista formada pela Escola de Música da UFMG e com licença em Ciências da Educação na Universidade Paris 10, raras foram as vezes onde tive o prazer de assinar um contrato e ser reconhecida enquanto trabalhadora com os seus respectivos direitos e deveres.

Ter direito a aposentadoria, FGTS, licença maternidade, férias, estar coberto por um seguro e adicional noturno quando do deslocamento para outras cidades com a finalidade de tocar etc.

É desta "invisibilidade" à qual me refiro. Estamos à margem.

Ousaria dizer que 90% da categoria desempenha a sua profissão sem a devida formalização, sem os devidos direitos respeitados. Vivemos um quadro sistêmico de sonegação fiscal e de direitos.

Do ponto de vista das condições de trabalho, sofremos com todo o tipo de inadequações que vão desde uma iluminação inadequada à leitura de partituras, passando pela sonorização, ora posicionada diretamente de encontro aos nossos ouvidos, ora insuficiente. Quantos bares, restaurantes, onde é comum assistir o (s) músico (s) tocando bem ao lado dos engradados de cerveja, chega a ser caricatural. Não nos faltam problemas de saúde de todo o tipo: musculares, tendões, postura, hérnia de disco e depressão, entre outros. Como viver plenamente se não sabemos como ganharemos o nosso pão no dia de amanhã? A precariedade é a nota!

Este quadro vivido por mim assim como boa parte de meus colegas é a fonte de minha indignação, é o motivo que me levou a querer modificar esta dura e injusta realidade.

Acredito, sim, que os Sindicatos são a ferramenta por excelência de luta do trabalhador. A arte e, no nosso caso, a música, tem uma importância crucial em nossa sociedade, estando presente em todas as esferas da vida humana.

Fazemos música desde a época das cavernas,

muito tempo antes de imaginarmos escrever. No Brasil, a nossa música é conhecida e reconhecida como uma das mais ricas existentes no mundo, então, o que se passa no fato de sermos tantos e tão pouco valorizados?

Como apenas lamentar-se sobre a situação não é bem minha forma de interagir com este mundo, há 5 anos me filiei ao Sindicato dos Músicos Profissionais de MG. Após a minha sindicalização, esperei ansiosamente a chamada para Assembleias Gerais, enfim, reuniões onde eu, quiçá, pudesse ajudar em algo. Esta chamada nunca veio.

Entendi que alguma coisa não estava funcionando. Entendi que o Sindicato da época sofria de um certo desligamento de sua base e, claro, da realidade vivida por nós.

Foi o ponto de partida, tendo como objetivo a valorização do ofício de músico e o Sindicato é peça chave nesta construção. Para que isto ocorra, em primeiro lugar, é necessário que o músico se reconheça enquanto categoria, classe: categoria trabalhador músico.

Outro passo é fazer contato com os mais diversos nichos musicais existentes de tal maneira a termos um retrato, o mais fiel possível, dos problemas existentes e de suas especificidades. Em nossa diretoria há músicos que tocam na noite, que gravam, que fazem parte do coral lírico do estado, da Sinfônica, afora que, na sua maioria, professores também o são. Todos atuantes!

E ainda precisamos sublinhar o papel relevante do interior.

Nosso Sindicato tem base estadual e é de primeira importância estarmos presentes nas discussões e elaborações de estratégias conjuntas que visem a melhoria da situação de trabalho. Estarmos presentes na elaboração de políticas públicas que mirem em um melhor e mais democrático escoamento da produção musical deste Estado faz-se necessário.

Sindicato em defesa dos músicos contratados pelo CLMG e OSMG



Já há alguns anos, devido a ausência de concursos públicos para o preenchimento do quadro de profissionais, o Coral Lírico e a Orquestra Sinfônica de Minas Gerais vêm sofrendo com problemas para a manutenção mínima de funcionários efetivos para o desempenho de suas atividades. A solução encontrada

para recompor os dois grupos foi através do termo de parceria firmado entre o Governo do Estado, a Fundação Clóvis Salgados (FCS) e a Associação Pro Cultura e Promoção das Artes (APPA). Esta parceria viabilizou a contratação, através da APPA, por meio de audição pública feita anualmente, e recompôs o quadro mínimo para o

funcionamento dos dois corpos artísticos. As exigências feitas para preenchimento das vagas são enormes, assim como as cobranças no exercício do trabalho. O problema é que além de se contratar um músico de nível e experiência comprovadas, os contratos estão com valores abaixo do mercado e há vários anos sem nenhum reajuste. Não bastasse esta desvalorização financeira e os constantes atrasos de pagamentos, o contratado não tem nenhuma garantia. No caso de problemas de saúde, a contratação pode ser cancelada e sem nenhum ônus para a APPA.

Informados desta situação, o Sindicato dos Músicos, através da sua diretoria e do seu departamento jurídico, vem se reunindo com os representantes dos órgãos responsáveis pela manutenção dos dois corpos artísticos na tentativa de encontrar soluções para que as atuais condições contratuais sejam

revistas. Um dos principais problemas são os frequentes atrasos de pagamentos, causando vários transtornos aos contratados.

O Sindmusi MG vê como solução para sanar estes problemas a aprovação do novo plano de carreira dos corpos artísticos da FCS e o complemento das vagas através de concurso público, em caráter de urgência.

Pela grande importância destes grupos que são referência nacional de profissionalismo e competência, ganhadores de vários prêmios e críticas que comprovam a sua relevância para a sociedade, o Sindmusi MG continua conversando para buscar formas de resolver estas e outras demandas que afetam o profissional da música, usando desta abertura de canal de diálogo.

Estamos todos na mesma luta. Valorização já!

Cidadão Honorário



O músico percussionista, José Natividade, o nosso "Zeca Magrão", radicado há 32 anos em Belo Horizonte, vice-presidente do Sindicato dos Músicos Profissionais de Minas Gerais (Sindimusi MG) e diretor do Movimento nos Bares da Vida, recebeu no último dia 18 de julho, o Título de Cidadão Honorário de Belo Horizonte, concedido pelo vereador Gilson Reis, na Câmara Municipal de BH.

Música e a Política (capítulo 1)

É bem possível que você acredite que a música e o fazer musical não tenham nenhuma relação com a atividade política, pois, como a música e sua experiência tão positiva, prazerosa, contagiante, cativante e sublime pode ter relação com a política (essa coisa negativa, chata, insossa e vil) que se materializa, a mais das vezes, na figura asquerosa de um político corrupto?

Se você pensa assim, é bom estar certo de uma coisa: você está indo no caminho totalmente certo, mas esse caminho aí, é o caminho certo que leva ao equívoco – isso mesmo! Música e política são saberes culturais importantíssimos, tão antigos quanto a própria humanidade e que se relacionam profundamente. Mas, como pode ser assim? Bem... antes de mais nada, é necessário compreender a origem real destes dois campos. Sabemos que a música é um dos conhecimentos culturais mais antigos da humanidade, já que o homem fez música antes mesmo de construir e organizar o padrão simbólico da língua falada, ou seja, o homem das cavernas praticou música antes mesmo de falar.

Ao lado disso, em sua origem, a política foi a maneira pela qual os seres humanos desenvolveram a necessidade/habilidade de relacionar-se com os outros em prol da obtenção de resultados (pessoais e coletivos) desejados.

Mas onde estaria a relação entre esses dois campos? Por incrível que pareça, a resposta está sendo construída pelos estudos da neurociência. Estudos avançados nesse campo têm demonstrado que os grupos humanos pré-históricos, onde se verificou a maior propensão musical, demonstraram melhores resultados de adaptação e sobrevivência em relação aos grupos humanos em que se verificou menor propensão musical.

É possível e bem provável que a convergência entre estas duas habilidades, o fazer musical e a capacidade "política", tenham vindo a determinar a sobrevivência dos grupos humanos que nos deram origem. Talvez esse seja o motivo pelo qual o filósofo grego, Aristóteles, afirmou que o homem era um animal político. Já o filósofo alemão, Nietzsche, disse que "a vida sem música seria um erro".

Partindo destas perspectivas, o fato real é que quem faz e/ou ouve música está necessariamente experienciando, reproduzindo comportamentos e atitudes que se referem a reflexos de uma forma de ser ou de enxergar mundo - ambos frutos de uma maneira de convivência que diz a respeito de uma concepção política.

Pensando nessa questão, que tal você responder: qual é a música da sua política?

Reforma Agrária da Cultura (capítulo 1)

Estamos vemos, e vivenciando, os cortes de verba no Ministério da Cultura. Então, aproveitando, vamos pensar sobre sua maior ferramenta de financiamento para os artistas: a lei de Rouanet e as leis de incentivo via renúncia fiscal no geral. Salvo alguns momentos de luz, que certamente não são agora, o Min. da Cultura se comporta mais como um ministério da agricultura. O Ministério da Agricultura trata de subsídios, benefícios, logísticas do agronegócio, grandes produtores e estão "se lixando" para a agricultura familiar. Estes agricultores precisam é do Ministério da Reforma-agrária. Artistas são como estes pequenos agricultores que lutam pela sua agricultura orgânica e familiar. Estes minifúndios são engolidos por grandes produtores. É importante fazer essa analogia, porque os músicos enfrentam essa mesma situação.

Por décadas, a lei Rouanet e todas as leis de incentivo via isenção fiscal foram publicadas como "salvadoras" e "democráticas". Nascidas no fim dos anos 80 para 90, poderiam ser mesmo um avanço na época. Todas estas, sejam da esfera federal, estadual ou municipal posam ser realizadoras de centenas de milhares de projetos culturais ao longo destas décadas. A que preço? A história institucional é contada pelos vencedores, não esqueçamos isso. Trata-se de um mecanismo que sufocou qualquer outra forma de se

fazer cultura no país, jogou toda criação, todo projeto cultural individual (ou não) nas mãos de um artifício que não passou de um exercício de neologismos para não dizer o óbvio: privatização do financiamento.

Por tanto tempo esta constatação foi muito evitada de ser dita pelos artistas. Não por culpa deles. Vivemos todos na pele. São os explorados deste sistema todo. Dependiam destas migalhas para realizarem seus projetos. Precisavam ficar bem domésticos com o governo, com curadores, com promotores, com captadores, com as empresas, com fulano, sicrano, "sim senhor, claro, que beleza, assovio e chupo cana sim senhor!". A natureza da empresa é financeira. Seu objetivo é o lucro e, para isso, utiliza projetos de visibilidade para fazer propaganda. Ponto. Entre ela e o artista existe um abismo. E olhe que a maioria é estatal.

Enquanto isso, o artista se consome em um projeto cada vez mais mirabolante. Espremido entre uma receita pequena e sectária institucional, formulários criteriosos de cunho cada mais pseudo-sociais, como se o artista fosse o responsável pela política pública e inclusão social do Estado para redimir esta sociedade, em meio as justificativas sensacionais, objetivos messiânicos, a qual o pobre tem que convencer um bando de tecnólogos que seu projeto de gravar seu CD será a revelação da nova musica popular brasileira, desde João Gilberto. E em sua divulgação, a propaganda da marca no formulário do edital da famigerada empresa que irá lhe incentivar (...), após o projeto passar pela peneira de aprovação governamental, o já então agraciado pela benevolência magnânima da tão dedicada e preocupada com a cultura e representada pela "sua

sapiêntíssima" área de marketing da dita-cuja, o artista terá que dizer, por exemplo, que será feita num salto magistral de "band jumping" em que o coitado, (você mesmo!) irá abrir uma faixa com a propaganda da empresa em pleno ar antes de se esborrachar no chão... E aí se vai entre mil projetos, ônibus, gasolina, conversas, salas, cafezinhos e reuniões inúteis toda a energia criativa do nosso operário da arte. Que depois de anos a fio lutando para conseguir um financiamento para realizar seu sonho embalado, terá que fazer tudo! Receber pouco e prestar conta até daquele miserável café ruim que tomou. E tal conta nunca vai fechar... Agora, nos últimos tempos, ainda somos obrigados a ouvir que recebemos uma "boquinha", dos governos petistas. Ah, se soubessem estes neoliberais que este mecanismo é a melhor amostra do sistema capitalista. Que de tão perfeito, empresas dão as cartas e não pagam nada por isso! Imagine! E do pouco que retiram têm abatimento como publicidade no imposto de renda. Sim! Publicidade tem restituição de imposto de renda meus caros. Dá para mudar isso? Tem que querer. Não há dúvidas que, depois deste hecatombe sem legitimidade governamental que vivemos, os tempos serão outros e bem mais verdadeiros. Conversemos mais sobre tudo isso no próximo capítulo.





O sindicato dos Músicos de MG, irá fornecer aulas de idiomas! **Inglês, Russo e Italiano!**

Inscreva-se!

Apenas R\$90,00

4 aulas por mês para Sindicalizados e dependentes de qualquer categoria!

R\$150,00

4 aulas mês para não sindicalizados.

Turmas de até 8 alunos

Segundas: de 19 às 20 - Russo

de 20 às 21 hs - Inglês

Quartas: 19 às 20 - Italiano

de 20 as 21 horas - Inglês

Fones - (31) 3201 6611 / (31) 3224 7024



VOX STUDIO

O sindmusi mg tem parceira com o studio Vox.

- Gravação audiovisual - shows e clipes.
- 7 câmeras com gravação de áudio de até 24 canais.
- Preço bastante acessível e com 25% de desconto para sindicalizados!



O Sindimusi MG tem Convênio Clínico Médico. Em breve também no interior. **Sindicalize-se!**

Fones: (31) 3201 6611 - (31) 3224 7024
a tarde



O Sindmusi MG oferece Assistência Jurídica para seu trabalho de músico gratuitamente. **Sindicalize-se!**

Fones: (31) 3201 6611 - (31) 3224 7024
a tarde

Sindicalize-se

Uma foto 3x4, cópia de comprovante de endereço, cópia de RG e CPF, fotocópia da carteira da OMB ou diploma de músico reconhecido pelo MEC e taxa de inscrição. R\$20,00 - Conta: SICCOB / Banco - 756/ Cooperativa - 4297 / c/c - 013159001 - 4



Ficha de Filiação

Nome..... data de nascimento...../...../.....
RG.....CPF.....nacionalidade.....natural de.....UF.....Endereço:
....., cidade....., CEP..... telefone:
email.....
Instrumento de trabalho:
Inscrito na OMB? Sim...Não..., Se sim: Número de inscrição..... Data...../...../..... Ou diploma de músico reconhecido pelo MEC?
Sim.....Não..... Se sim: Qual escola?..... Número.....Data.../.../.....
Possui vínculo empregatício como músico? Sim...Não...Se sim: nome da entidade..... Autônomo? ...Sim...Não.
Peço deferimento,
Local....., data: / /

Envie a ficha com os documentos acima e comprovante de depósito para o endereço:

Rua da Bahia, 573 - Edifício São Lucas - 14º andar - BH - MG - CEP: 30.160-010 - Centro - Telefone: (31)3201 6611 e (31)3224 7024
www.sindmusimg@yahoo.com.br